

A INGLATERRA DE OLIVEIRA MARTINS

Filipe Furtado

É dado relativamente consensual que a quase hegemonia exercida pela Grã-Bretanha oitocentista à escala europeia teve, nos planos artístico e literário, reflexos internacionais bem menores do que, por exemplo, no tocante à ciência, à técnica ou à teorização política. Também no caso português, apesar da óbvia predominância britânica, o já então crónico pendor francocêntrico da cultura, assim como as barreiras linguísticas, mantiveram em proporções relativamente discretas essas influências que, noutras circunstâncias, poderiam ter sido muito mais fortes. De qualquer modo, as coisas inglesas despertaram nas letras nacionais ecos por vezes intensos, dando, mesmo, durante as três últimas décadas do século, origem a um pequeno grupo de obras secundárias de algumas figuras cimeiras da literatura e do pensamento.

Entre esses autores que assim visaram dar a conhecer algo mais sobre a Inglaterra ao público leitor português e brasileiro, avultam Eça de Queirós, Ramalho Ortigão e Oliveira Martins. Da estada de Eça em Newcastle e Bristol resultaram as Crónicas de Londres, surgidas n'A *Actualidade*, jornal portuense, em 1877 e 1878, assim como as *Cartas de Inglaterra*, primeiramente publicadas pela *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro entre 1880 e 1882. Em 1887, por sua vez, viria a lume *John Bull* de Ramalho.

No início da década seguinte, de Maio a Julho de 1892, Oliveira Martins empreendia uma viagem a Inglaterra por ele parcialmente descrita em crónicas no *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro entre Outubro e Dezembro do mesmo ano. Os textos («cartas de um viajante» lhes chamou o autor em subtítulo) seriam depois reunidos no volume denominado *A Inglaterra de Hoje* (1893).

Convirá desde logo sublinhar que a obra ocupa um lugar algo subalterno na produção textual de Oliveira Martins, em caso nenhum sendo (ou se pretendendo) um trabalho de grande fôlego. De facto, mesmo depois de revistas, reformuladas e acrescidas de «estudos anteriores», (1) as «cartas» deixam transparecer o seu carácter episódico

e datado, mantendo as limitações inerentes às crónicas de viagem e nem sempre tirando partido das respectivas potencialidades. Qualquer abordagem deste livro deverá, assim, partir de expectativas e exigências moderadas quer no plano estético, quer no propriamente informativo, sendo aconselhável, por outro lado, manter em relação a ele algumas cautelas, quando não reservas, no tocante à aceitação *prima facie* de todo o seu conteúdo.

Cabe, por isso, perguntar qual, então, o interesse de *A Inglaterra de Hoje*, para além de constituir mais uma (e talvez não a melhor) perspectiva daquele país por uma autor português do século XIX. À primeira vista, é irrecusável que, pelo seu perfil de economista, de sociólogo e de historiador, Oliveira Martins estaria, em abstracto, particularmente bem posicionado para a tarefa. Porém, como adiante se procurará mostrar, o texto revela-se curiosamente representativo, quase emblemático, do que vários críticos têm considerado ser os traços negativos mais correntes na historiografia e, em geral, na obra martiniana.

Não são poucas, de facto, essas insuficiências. Entre outras, Joel Serrão, ⁽²⁾ na senda de António Sérgio, assaca ao autor de *Os Filhos de D. João I* a de evidenciar, «no tocante à sua fundamentação filosófica, uma nebulosa de contornos, não só indecisos, mas também; por vezes, contraditórios». ⁽³⁾ Considera-o, ainda, «mais economista e sociólogo do que historiador *tout court*», admitindo não ser a sua historiografia «um modelo exemplar» e aludindo ao facto de nela se verificar com alguma frequência «o predomínio da imaginação relativamente à fidedignidade documental.» ⁽⁴⁾

António José Saraiva, por seu turno, mostra-se muito reticente quanto à valia estética da escrita de Oliveira Martins, apontando-lhe deficiências de certa gravidade. Censura, por exemplo, a adjectivação «pobre e vulgar», a repetição de «palavras de efeito» ou o recurso a «truques retóricos» «mal disfarçados e vulgares», ⁽⁵⁾ acrescentando que «os seus livros de viagens — *A Inglaterra de Hoje* e *Cartas Peninsulares* — são, como obras de arte, inferiores.» ⁽⁶⁾

No mesmo ensaio, António José Saraiva verbera também o recurso a uma metodologia quase universalmente considerada perigosa no tocante à actividade do historiador e à investigação científica em geral.

⁽¹⁾ Cf. Oliveira Martins, *A Inglaterra de Hoje (cartas de um viajante)*, Guimarães & C.^a Editores, Lisboa, 1951, p. 7. Todas as referências ulteriores à obra terão por base a edição acima aludida, indicando-se, no tocante a citações, apenas o número da página em que surgem.

⁽²⁾ Cf. Joel Serrão, «Oliveira Martins», in Joel Serrão (ed.), *Diccionario de História de Portugal*, vol. II, Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1971. Este artigo viria a ser publicado mais tarde, com o título «Compreender Oliveira Martins», em Joel Serrão, *Portugueses Somos*, Livros Horizonte, Lisboa, s. d. (pp. 37-56). A ele se reportam as referências feitas no presente artigo.

⁽³⁾ Joel Serrão, *op. cit.*, pp. 49-50.

⁽⁴⁾ Joel Serrão, *op. cit.*, p. 53.

⁽⁵⁾ Cf. António José Saraiva, «Oliveira Martins, artista», in António José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal* (vol. I), Publicações Europa-América, Lisboa, 1961, p. 179.

⁽⁶⁾ António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 179-180.

Consiste ela na tendência para um certo apriorismo voluntarista, que se traduz na utilização dos mais diversos dados (não raro desinseridos de um contexto mais amplo) como exemplos, nem sempre muito pertinentes, de teorias ou opiniões pessoais. Até aqui, nada de reprovável. Sucede, porém, que muitos desses pontos de vista são formulados num tom quase axiomático, sem que exista qualquer esforço visível de os fundamentar por via indutiva. (7)

Certas ideias dominantes, longe de se desenvolverem e consolidarem enquanto ilações de dados anteriores, surgem como que armadas da própria mente do autor, não lhes sendo atribuída qualquer outra origem ou justificação. Quando esta porventura surge, regra geral apenas resulta de exemplos aduzidos *ex post*, os quais ou evidenciam poucos nexos com a ideia a confirmar ou sofrem alguma distorção para melhor a ela se adaptarem.

Por vezes, quase parece tratar-se de pura adivinhação. Em *A Inglaterra de Hoje*, Oliveira Martins deixa, mesmo, subentender que obtém vários desses dados simplesmente «observando as fisionomias e indagando os caracteres expressos nas feições», pois «as caras que me passavam diante da vista, inexpressivas como esfinges, iam formando, letra a letra, as palavras com que construía o meu pensamento» (p. 46). De resto, as informações recolhidas *in loco* pelo autor, dada a curta duração da viagem e a relativa exiguidade dos percursos, estão longe de ser exaustivas ou, mesmo, suficientes, poucas vezes ultrapassando a observação ocasional e o apontamento apressado.

Efectivamente, a obra baseia-se num itinerário que, para além de Londres, compreende tão só algumas localidades do sul e do centro-leste da Inglaterra, com exclusão de quaisquer outros territórios do Reino Unido. Muitos episódios, portanto, centram-se em visitas a monumentos ou em panoramas apenas entrevistados de meios de transporte (sobretudo caminho-de-ferro e barco), na viagem de Southampton à capital e em breves sortidas a um número restrito de centros populacionais na bacia do Tamisa. Entre os pontos do roteiro, a região londrina (City, Westminster e East End, em particular) parece ser a única percorrida, observada e descrita com a delonga suficiente para daí resultarem avaliações de alguma solidez.

Em consequência, várias das «cartas» não puderam deixar de ser complementadas com dados de origem livresca (8) ou informações de amigos e conhecidos, portugueses ou britânicos, elementos que, em certos casos, terão sobrelevado as experiências propriamente vividas. Como se compreende, tal procedimento viria ainda a acentuar-se na edição em volume de 1893 com a posterior junção de textos previamente escritos em Portugal. Por outro lado, a orientação apriorística e algo dogmática acima referida transparece em quase todos os capítulos, nela radicando o pendor intensamente assertivo de muitos passos, assim como certa parcialidade nas opiniões, por vezes expendidas em tons que

(7) Cf. António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 180-181.

(8) Oliveira Martins refere, mesmo, a «pequena biblioteca inglesa» (pp. 12-13) com que se munira para a viagem.

rondam a truculência. Ainda associável a esta inclinação e possivelmente destinado a colmatar-lhe as deficiências, encontra-se em Oliveira Martins o gosto por estatísticas e dados factuais de toda a ordem, os quais, contudo, nem sempre se revelam de uma clareza ou de uma lógica irrecusáveis.

A este rol já considerável de características e orientações, no mínimo discutíveis mas não raras na obra do historiador, *A Inglaterra de Hoje* acrescenta outra até então inédita nos seus escritos: uma notória ausência de empatia com o assunto em análise. De resto, na sucessão dos atrás aludidos livros sobre a Inglaterra de Eça, de Ramalho e do próprio Oliveira Martins, é possível divisar uma crescente animosidade no modo como o país e os seus habitantes vão sendo encarados. Percorrendo esses textos surgidos ao longo de uns escassos quinze anos, passa-se da bonomia subtilmente irónica das *Crónicas de Londres* às censuras ainda comedidas mas já acutilantes de *John Bull*, e destas aos sarcasmos virulentos de *A Inglaterra de Hoje*.

Aqui, de facto, longe de abordar o principal objecto do seu estudo com a imparcialidade esperável de alguém treinado na investigação e nas tarefas historiográficas, o autor tenta, a cada passo, menosprezá-lo, chegando por vezes ao insulto gratuito. Embora de quando em quando entrecortada por escassos e cautelosos elogios a aspectos cujo teor positivo, de resto, não permite qualquer dúvida, essa atitude depreciativa é demasiado marcante para não se tornar notória desde cedo.

Assim toma forma o inglês martiniano, um ser violento, sanguíneo, cumulado com a maioria dos defeitos imagináveis, cedendo aos apelos da ganância e aos instintos animais, um bárbaro moderno sob um verniz estaladiço de pseudo-civilização:

«Apesar da naturalidade e da distinção das maneiras, o inglês medianamente fino tem o quer que é de desengonçado e contrafeito, que, a meu ver, provem do carácter artificial da sua civilização. Se se rasga, vê-se o bárbaro...» (p. 71)

«A sua ideia de civilização, formal e exterior como é, consiste apenas em vaidade, luxo e gozo: é a ideia espontânea de um bárbaro.» (p. 144)

O epíteto repete-se em vários pontos da obra qauase sempre associado às mesmas acusações de superficialidade civilizacional contra um povo que «por dentro tem intacta a força e a ingenuidade infantil e bronca de verdadeiros bárbaros» (p. 137).

O alcoolismo também ocupa um lugar de certo relevo entre as acusações com que o autor procura verberar os ingleses, esquecendo ou omitindo condicionalismos idênticos, quando não mais graves, do seu próprio país. Com efeito, observações como

«O vício não é exclusivo das classes miseráveis, nem do sexo forte.» (p. 142)

«É o vício de todas as classes, não é exclusivo do proletariado.» (p. 219)

não se tornariam menos certeiras e acutilantes se aplicadas á população portuguesa.

Todavia, é talvez nas suas alusões a capacidades intelectuais que Oliveira Martins atinge verdadeiros máximos no tocante ao sarcasmo excessivo, injusto e gratuito. Neste contexto surgem, particularmente ousadas e numerosas, as generalizações axiomáticas atrás aludidas, cujo fundamento, nunca aventado, fica em regra por descortinar:

«De todos os europeus, são talvez os menos dotados da curiosidade inventiva, sendo ao mesmo tempo os mais audazes executores. Boas máquinas, reguladores medíocres.» (p. 31)

«É por não terem sol, que os ingleses não podem ser, nem filósofos, nem artistas: falta-lhe a centelha do espírito sintético.» (p. 65)

Que um argumento similar também serviria, por exemplo, para «demonstrar» a inexistência da filosofia alemã parece não haver constituído objecto de qualquer preocupação.

Mais adiante, esquecendo a óbvia incidência da superstição nas mentalidades da Europa meridional e oriental, o autor estabelece outra das suas nebulosas relações de causa e efeito, segundo a qual o povo inglês se revelaria «fundamentalmente supersticioso por ser antipático à filosofia» (p. 281). Deste *mare magnum* de virulência, emerge ainda um ou outro passo onde a tentativa de ironizar se torna quase patética, esgotando-se em zombaria pesada e sem brilho:

«Platão considerava inconciliáveis as duas qualidades de atleta e de pensador. Ora, os ingleses são incontestavelmente uma raça de atletas.» (p. 157)

Entre tantas diatribes contra as potencialidades intelectuais dos habitantes de além-Mancha, Oliveira Martins não hesita, mesmo, em atacar uma das suas manifestações mais conhecidas, apreciáveis e consensualmente positivas: o humor. Assim, opondo-se de forma tão diametral quanto possível ao que, de há muito, seria já a opinião universalmente favorável a esta manifestação do espírito inglês, as críticas apenas se revelam ainda mais injustas e infelizes:

«... *humour*, que é a graça amarga própria de gente tão psicologicamente desequilibrada, como é fisicamente desengonçada.» (p. 78)

«A comédia é farsa, a farsa torna-se pantomima. Parecem espectáculos para crianças monstros. O riso só brota com as cabriolas, as pancadas grotescas, os uivos, os esgares dos *clowns* e *ministrels* [*sic*], mascarrados de preto, vestidos de entrudo, tocando nos seus instrumentos roufenhos, melopeias, que a gente hesita em saber se provocam o riso amargo, se a melancolia monótona. É assim o *humour*.» (p. 95)

A mesma insistência depreciativa envolve alusões expressas ou implícitas a uma alegada superioridade dos povos do continente, em cujas fileiras os meridionais parecem deter a supremacia. Consequentemente, seja qual for o aspecto em análise, os ingleses saem sempre diminuídos da comparação, apenas atingindo um lugar destacado nos traços negativos:

«[...] via-se que não tinham espécie alguma da delicadeza instintiva, tão frequente às vezes nas plebes continentais. Pareciam-me brutinhos soltos.» (p. 66)

«O meridional é guloso, mas o inglês é glutão na gulodice.» (p. 76)

Contudo, esta curiosa hierarquização dos europeus, para além de nunca se sujeitar ao ónus da prova, ainda vai por vezes mais longe. Como adiante se verá, a parcialidade e o iberismo do autor também fazem sentir a sua presença conjunta, prescrevendo para os habitantes da Península um lugar de eleição cujo fundamento fica, de igual modo, por justificar.

Quase inevitavelmente, todo este furor destrutivo acaba por gerar algumas contradições. Assim, embora Oliveira Martins invective o que considera serem as fracas potencialidades intelectuais dos ingleses, vários dos poucos elogios que concede recaem precisamente sobre as suas instituições culturais e científicas, com relevo para o Museu Britânico e a respectiva biblioteca (cap. XV). Mais adiante, duas opiniões expendidas a poucas páginas de intervalo revelam uma tal dissonância que parecem referir-se a dois povos absolutamente diferentes:

«O inglês só se diverte com violência: a sua máquina pesada é insensível às impressões delicadas.» (p. 145)

«São sentimentais. Não há na Europa moderna lirismo subjectivo comparável ao da poesia inglesa.» (p. 153)

Mas não é tudo: como se fosse necessário intensificar ainda mais a contradição, esta reinstala-se logo no parágrafo seguinte:

«De todos os europeus que eu conheço, não há dúvida que são os mais próximos do homem bárbaro...» (p. 153)

Para ser completa, a depreciação dos ingleses não poderia deixar de se estender a alguns factos e figuras da sua história. Acentue-se, contudo, que várias observações ou análises sobre a história inglesa, ainda que naturalmente pouco extensas ou profundas, revelam generalizações perspicazes, interpretações esclarecedoras de grandes linhas de acontecimentos e, mesmo, algumas previsões acertadas. Em diversos capítulos, a perspectiva amplia-se e, embora foque inicialmente assuntos relacionados com as mutações económicas, financeiras, sociais e políticas da Grã-Bretanha, alarga-se a acontecimentos recentes de outros países em panorâmicas de alcance mais vasto. Porém,

apesar de interessante, esta orientação dá por vezes um relevo algo exagerado à vertente (e, até, à gíria) francesa dos aspectos discutidos, contribuindo para diluir em generalidades uma abordagem que ganharia em manter-se mais circunscrita ao seu objecto.

Entre as questões que recebem tratamento prioritário, avultam o sindicalismo, as greves, a pobreza e os percursos históricos do capitalismo e do socialismo. A própria dimensão textual concedida a cada um desses assuntos deixa transparecer com clareza que agitariam ao tempo a maioria da população britânica, embora, talvez por isso, nem sempre surgissem com frequência correspondente nos periódicos e noutras vias difusoras de idéias.

Certos passos reportam-se a transformações na época ainda recentes, como a notória perda de influência política por parte da velha aristocracia, a qual, até poucas décadas atrás, mediante uma espécie de acordo tácito com a grande burguesia industrial e financeira, ainda preenchia os cargos institucionais de maior proeminência. Outros, ainda, focam o crescente desajustamento dos *whigs*, mesmo os radicais, aos novos desafios que então confrontavam os britânicos, como o teor já algo obsoleto do parque industrial e de outros aspectos da economia, a concorrência alemã e, sobretudo, os choques entre patronato e operariado.

Quase inevitavelmente, devido às posições ideológicas de Oliveira Martins e, em particular, ao que de há muito já se tornara uma evidência gritante, são também numerosas as censuras às injustiças sociais da Grã-Bretanha vitoriana. Essas observações revelam, mesmo, uma curiosa sintonia com tendências ao tempo já bastante influentes em vários activistas e intelectuais ingleses. Assim, para além de mostrar uma natural familiaridade com o pensamento marxista e outras correntes socialistas, o autor deixa poucas dúvidas quanto ao seu entendimento do chamado darwinismo social como peça relevante na justificação do capitalismo selvagem da época.

Na sequência das generalizações acima aludidas, Oliveira Martins também procura estabelecer ocasionais paralelos entre o devir de outros povos e a história inglesa, visando, assim, prefigurar-lhe a evolução futura. Para tanto, como único símile possível do então imenso poderio britânico, evoca o maior império da Antiguidade, comparando Londres a Roma no tocante às respectivas esferas de influência. No capítulo XI, procede, mesmo, a um discutível mas interessante cotejo entre os grandes momentos na evolução dos dois percursos, pois, segundo ele, o povo britânico «na sua história repete a romana, quase ponto por ponto» (p. 80).

Curiosas são também várias previsões entremeadas por uma espécie de conselhos ao futuro, cuja acuidade subsequentes evoluções se encarregariam de confirmar de modo por vezes bastante aproximativo. Entre elas, contam-se a formação e o eventual crescimento do Partido Trabalhista (pp. 176, 179, 188), assim como as nacionalizações (p. 217) e o declínio económico da Grã-Bretanha (p. 233). Em contrapartida, as menções a desenvolvimentos científicos e tecnológi-

cos presumíveis para o já próximo século XX (pp. 265, 289), embora correctas, nada avançam em relação às prognoses de vários divulgadores da época.

Apesar de tudo, é na abordagem da história inglesa que se tornam porventura ainda mais intensas não só as diatribes como a injustiça a elas inerente, mesmo quando vêm permeadas por raras observações neutras ou cautelosamente encomiásticas. Desde logo, as referências de alguma delonga a contextos anteriores ao século XIX não passam de meras alusões curtas e ancilares, ocorrendo sobretudo nos primeiros capítulos a propósito de paisagens, localidades ou monumentos de Londres e do Sul do país. De resto, um breve período sobre o palácio de Hampton Court parece resumir com razoável aproximação o que o autor manifesta, em geral, pensar da história da Inglaterra:

«Hampton Court evoca-me ao espírito a horrorosa tragédia inglesa, amassada com amor e sangue, num frestim de bárbaros.» (p. 62)

Também neste particular surge nova bravata de meridional: os ingleses «não contam, como nós continentais latinos, vinte e cinco séculos de vida histórica. Perante a nossa velhice, são uns fedelhos» (p. 153). Irrecusável em termos cronológicos estritos, a afirmação, contudo, pouco ou nada prova, omitindo que maior antiguidade não implica necessariamente maior desenvolvimento civilizacional. Por outro lado, deixa poucas dúvidas quanto ao complexo de inferioridade que a motiva, resultando, afinal, numa fraca desforra (até porque a única possível) face ao então óbvio predomínio do país visado.

Entre os processos a que Oliveira Martins recorre para zurzir a Inglaterra, emerge com frequência, para além de ironias e sarcasmos, um tratamento amesquinhante de personalidades célebres do passado. Apenas em raros momentos, com efeito, o autor manifesta alguma simpatia por figuras da história britânica. Daí que, exceptuando as observações sobre Gladstone, algo calorosas apesar da sua inevitável brevidade, não surja nada de semelhante a um retrato de qualquer das individualidades referidas ao longo da obra.

No tocante às poucas contempladas com mais do que a simples menção do nome, algumas observações limitam-se a repetir lugares comuns, ocasionalmente no original, como sucede com «Wellington, o *iron duke*» (p. 82). Na maioria dos casos, porém, as opiniões injuriosas surgem coladas como cognomes: «[...] curtiu Henrique VIII a sua orgia, e Cromwell a sua fúria de ambição» (p. 62).

São assim deixadas para trás, depois de um ou dois *clichés* ou de traços caricaturais quase sempre pouco conseguidos, figuras de todo insusceptíveis de tratamento tão simplista e apressado.

A par destas abordagens unidimensionais de pessoas e acontecimentos, tornam-se notórias certas distorções em grande medida resultantes da perspectiva adoptada. Para além de avaliar a história da Inglaterra com parcialidade portuguesa não muito curial mas, pelo menos compreensível, Oliveira Martins também é ocasionalmente levado pelo seu iberismo a assumir alguns argumentos e complexos

espanhóis. Por exemplo, exalta «a grandeza nobre e a dignidade augusta» (p. 16) de Catarina de Aragão, «um ser humano lançado num antro de feras» (p. 97), como se a Espanha dos conquistadores e da Inquisição evidenciasse uma assinalável brandura de costumes face à Inglaterra de Henrique VIII.

As deformações, porém, são talvez ainda mais visíveis no plano cultural e das realizações associáveis ao conhecimento. Entre elas, avulta o menosprezo das coordenadas epistemológicas geralmente consideradas mais típicas da filosofia inglesa e nela preponderantes desde o século XVII: o empirismo e a metodologia de pendor indutivo. Evocadas no âmbito da já atrás aludida hierarquização dos povos europeus, aquelas orientações surgem contrapostas a uma alegada superioridade do racionalismo, da dedução e da intuição, segundo o autor características mais marcantes nos continentais:

«De resto, entre o processo intelectual dos continentais e dos ingleses há uma diversidade absoluta. Nós compreendemos as coisas dedutivamente, por via de classificação e abstracção. Eles assimilam-nas à força de atenção e memória, encastelando exemplos, amontoando factos, congregando e justapondo documentos inúmeros. O seu método é indutivo [...]. Os entendidos compreenderão também, desde logo, como um povo, mentalmente organizado conforme tenho procurado mostrar ser este, não podia, sem dúvida, apresentar essas culminações intelectuais, só acessíveis aos cérebros metafísicos, ou pelo poder de abstracção racionalista, ou pelo da intuição estética. O inglês não é racionalista, nem artista. Os seus grandes tratadistas são empíricos [...].» (p. 106)

Ora, tratar com tamanha ligeireza hábitos intelectuais que levaram os britânicos à culminância em diversos campos do pensamento e da investigação científica, para além de revelar o já aludido sentimento de inferioridade, ainda contribui para tornar mais duvidosas as incursões filosóficas do autor. Por outro lado, dizer isto do país de Milton, de Wordsworth ou dos poetas precisamente chamados metafísicos é tão pouco justo e consistente como pretender obnubilar toda a construção filosófica gerada por Bacon, Hobbes, Locke, Hume, Mill e muitos outros. Mais: equivale a não compreender como indução e dedução se complementam no processo cognitivo, ou até que ponto o empirismo decorre, afinal, de uma exploração aprofundada das virtualidades indutivas do próprio racionalismo. Passaria porventura pela mente do autor aplicar tais observações a Shakespeare, de resto noutro passo (p. 96) referido como o «maior perscrutador da alma humana que jamais existiu»?

No seu constante fechar de olhos face ao que, à época, seriam evidências irrecusáveis, Oliveira Martins também atribui aos ingleses sérias incapacidades no plano científico. Assim, esquecendo Napier, Newton, Maxwell, e muitos outros, afirma peremptoriamente:

«Nas matemáticas, que são a pedra de toque da capacidade racional de um povo, olham exclusivamente às fórmulas. Euclides, aprendido de cor e recitado, é ainda o mestre das escolas, que apenas produzem calculadores.» (p. 107)

Nas mesmas páginas, aprendemos que os sábios ingleses, ao contrário dos continentais, não passam de mercenários sem ideal, incapazes de investigação desinteressada e apenas movidos pela avidez do lucro:

«... O feitio prático do saber inglês torna a especulação pura um facto anormal. A sabedoria-sacerdócio, ou magistratura, não é adequada a esta sociedade, principalmente mercantil e sonantemente utilitária. A sabedoria preza-se pelo que rende. O sábio, por via de regra, é ao mesmo tempo um negociante que explora os rendimentos das próprias descobertas.» (p. 107)

Critérios similares surgem a propósito das artes. Mesmo admitindo que a pintura não seja das actividades mais caras ao espírito inglês, dificilmente se descortinam razões para juízos tão definitivos como:

«Há pintores na Inglaterra: pintura inglesa não há.» (p.100)

Os quadros de Turner, por exemplo, merecem algumas linhas em que um dúbio elogio se perde entre mal disfarçadas censuras:

«São visões, são deslumbramentos [...], delírios da imaginação desvairada, céus fantásticamente inverosímeis, mares revolvidos em ciclones [...]. (p. 100)

Surge, assim, novo princípio geral também forjado *ex nihilo*:

«Ambos estes traços são ingleses: o desequilíbrio da imaginação desenfreada, e a paixão marítima.» (p. 100)

E, pouco adiante, com algumas referências a Hogarth e às suas «telas ácidas como vinagre, pintadas com tristeza e cólera» (p. 101), dá-se por encerrada a precária demonstração da «incapacidade da raça para criar uma escola de pintura» (p. 101).

É certo que, no final do capítulo XIV, dedicado aos pintores, esta argumentação parece contradizer-se num curto parágrafo elogioso, todo feito de interrogações retóricas:

«Será necessário observar agora que há na *National Gallery* quadros superiores? Que os retratos de Reynolds e de Gainsborough são por vezes maravilhas? [...] Creio que não.» (p. 102)

De qualquer modo, no seu tom discreto e pouco veemente, este passo lembra mais uma tardia retractação jornalística perdida entre os artigos e anúncios de qualquer página secundária. Aparentemente,

nem sequer na arquitectura o espírito inglês deixa de revelar sérias insuficiências, pois:

«Um palácio de estilo inglês não tem a ordenação unitária e harmónica das construções clássicas: é um agregado de torres, e tectos e pórticos, e passagens, irregular, assimétrico, e que tanto pode parar onde está, como prolongar-se indefinidamente por justaposições sucessivas.» (p. 161)

Ainda que, na sua grande maioria, estas distorções sejam premeditadas, não se encontram por completo isentas de falhas devidas a escasso conhecimento do assunto. Está neste caso a afirmação, surgida a dado passo do capítulo XI, de que a Igreja Anglicana «ficou riquíssima com os bens antigos da igreja católica» (p. 86). Ora, ao invés, os imóveis e as propriedades fundiárias das ordens monásticas, que formavam o essencial desse património, foram, na maior parte dos casos, confiscados pela Coroa e, mais tarde, leiloados ou vendidos directamente, sobretudo a membros da *gentry* e da burguesia. Portanto, os bens eclesiásticos mais rendíveis, longe de passarem para o controlo do clero anglicano, foram sobretudo reforçar o erário real, assim como a pujança económica daquelas camadas sociais.

Se o gosto pelas estatísticas ou por dados factuais similares já permeia outras obras de Oliveira Martins, neste livro sobre o país que mais cedo os coligiu e utilizou, eles surgem a cada passo, particularmente, como é natural, a propósito de questões contemporâneas do autor. Alguns desses elementos, porém, levantam dúvidas quanto à sua fiabilidade e, a não resultarem de gralha tipográfica, ficam muito aquém do mínimo de rigor esperável em textos desta índole.

O melhor exemplo será talvez uma nota respeitante ao número de pobres socorridos pela assistência pública na Inglaterra e no País de Gales (p. 223). Aí se refere uma série de quantitativos verificados em diferentes anos, assim como, a seguir, as percentagens da população total que representam. Mesmo uma observação superficial, não obstante, mostra serem todas essas taxas completamente inexactas. Assim, na primeira linha, afirma-se que 844 000 habitantes corresponderiam a 42,9% da população em 1860, percentagem muito distante da correcta, dado a Grã-Bretanha contar ao tempo um total de habitantes incomparavelmente maior. ⁽⁹⁾ De facto, nem mesmo a hipótese de um lapso na colocação da vírgula poderá constituir justificação aceitável para dados tão obviamente erróneos.

Esta panorâmica facciosa, cáustica e, muitas vezes, injustamente depreciativa surge, acentue-se, numa fase amadurecida, quase final, do percurso de Oliveira Martins, já depois de todos os textos fundamentais

⁽⁹⁾ Já nove anos antes, aquando do censo de 1851, a Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e Gales) tinha cerca de 20.817.000 habitantes, vindo a alcançar os 23.128.000 no censo de 1861. Sobre este assunto, veja-se, por exemplo, Geoffrey Best, *Mid-Victorian Britain: 1851-70*, Fontana/Collins, Londres, 1979 (1971), p. 23. Por sua vez, Monica Charlot e Roland Marx, em *La Société Victorienne*, Armand Colin, Paris, 1978, p. 24, referem 20.066.224 como população total da Inglaterra e de Gales em 1861.

do autor, mas com este em plena posse dos seus recursos. Perante ela, tornam-se inevitáveis diversas conjecturas quanto a factores que porventura lhe terão estado na origem.

Uma resposta perclar poderá encontrar-se no próprio objecto das crónicas (a Inglaterra) e, sobretudo, no facto de elas haverem sido escritas pouco mais de dois anos após o intenso choque à escala nacional que foi o Ultimato Inglês. *A Inglaterra de Hoje* será, nessa medida, encarável como um eco das censuras à traição da mais antiga aliada e uma peça importante nas manifestações do sentimento anti-britânico, tão profundo e generalizado nos primeiros anos da década de 90.

De facto, embora as «cartas» escritas para o *Jornal do Comércio* apenas fossem publicadas de Outubro a Dezembro de 1892, no volume de 1893 em que as coligiu, Oliveira Martins acrescentou-lhes, como afirma na «Advertência» preambular, os já aludidos «estudos anteriores». Segundo ele próprio refere (pp. 112 e 115), a redacção de, pelo menos, parte dos capítulos XVI e XVII ocorreu em finais de 1891, sendo admissível supor que outros passos terão sido escritos nessa época, ou, mesmo, antes. Daí que uma percentagem significativa da obra tivesse origem ainda mais próxima do Ultimato, assim como da estupefacção indignada dele decorrente.

Esse episódio acabrunhante projectou-se e manteve-se bem forte, tanto nas reacções emotivas da opinião pública e do discurso oficial como na mente do historiador, até muito depois de publicadas as suas crónicas sobre a Inglaterra. Para reacender tais sentimentos, contribui entretanto a eventualidade de nova perda de territórios antes incluídos no «mapa cor-de-rosa», por via do acordo praticamente imposto pelo governo britânico em 20 de Agosto de 1890. De qualquer modo, eles permaneceriam vivos por muito mais tempo graças á crescente disseminação dos libelos republicanos, vindo também a lume a propósito da revolta portuense de 31 de Janeiro de 1891. Por outro lado, embora, de início, tenha mantido um cauteloso laconismo sobre o assunto, pelo menos em termos de intervenção pública, Oliveira Martins partilhava intensamente da opinião geral, tendo-o mostrado de forma iniludível em diversas circunstâncias, e não apenas nos sarcasmos, nas distorções e na objurgatória de *A Inglaterra de Hoje*.

Porém, se o ardor do momento que então se vivia no país permite explicar (e porventura desculpar) muita coisa, está ainda longe de responder a numerosas interrogações. E estas continuam inevitavelmente, face não só a diversas observações cáusticas, mas, sobretudo, a comentários por vezes sibilinos ou a momentos de visível desencanto que perpassam na obra, apesar de nela ainda predominar a inflexão assertiva e não raro optimista que, em geral, caracteriza os textos de Oliveira Martins.

Tais aspectos começam desde logo a surgir no primeiro e no último parágrafo da «Advertência», aparentando dirigir-se, não a realidades inglesas, mas a um contexto português pouco anterior ao momento da escrita. Aí tomam forma alusões mordazes e indirectas a figuras e a

ocorrências não explicitadas, cuja decifração, contudo, apresenta poucas dificuldades. Reportam-se a um dos mais penosos momentos que marcaram a vida do autor: a sua controversa demissão de ministro da Fazenda, cargo no qual havia passado pouco mais de quatro meses. ⁽¹⁰⁾

Ocorrida a 27 de Maio de 1892, ela seria o grande motivo da viagem a Inglaterra empreendida poucos dias depois, a 31, e tendo, como assinala Joel Serrão, ⁽¹¹⁾ muito de uma fuga. Para além de abrupto, este epílogo deixa entrever aspectos algo nebulosos de intriga política, sobretudo quanto aos factores que porventura estariam na origem da actuação incoerente ou dúplice do próprio chefe do Governo, Dias Ferreira. Presumivelmente, como sugere F. A. Oliveira Martins, o historiador ter-se-ia tornado um «estorvo» ⁽¹²⁾ depois de tomadas certas medidas, impopulares mas inevitáveis, face à iminência de bancarrota com que o país se confrontava.

Não será, pois, excessiva ousadia ver em vários sarcasmos e opiniões negativas com que brinda a mais antiga aliada efeitos indirectos desse golpe naturalmente ainda vivíssimo quando eram redigidas as «cartas de um viajante». Talvez aí radique também uma certa ambivalência emocional em relação à Inglaterra, de resto perceptível ao longo do texto em várias contradições e, de um modo geral, implícita em frequentes dicotomias elogio/censura. Quase se poderia falar de atracção e repulsa simultâneas face ao povo que, embora «culpado» de injustiça e prepotência para com Portugal, se tornaria um refúgio acolhedor para Oliveira Martins quando este, volvidos dois anos, fugia à iniquidade com que, afinal, o haviam tratado no seu próprio país.

Contudo, o desenlace negativo da experiência governamental não permite ainda explicar de forma inteiramente satisfatória um tom amargo e um certo pessimismo que por vezes afloram na obra. Recorde-se, por exemplo, como, nas referências à Inglaterra de então e do passado recente, o autor a compara insistentemente à Roma Antiga, comparação plena de inferências e presságios de toda a ordem e sobretudo ominosa quanto a um futuro não muito longíquo. Em vários passos, os augúrios funestos somam-se ao já aludido panorama de um povo sem ideais, materialista e ganancioso, apenas grande pela exploração dos outros, em cujo seio a miséria mais sórdida se mistura á mais arrogante das opulências.

Assumindo por vezes tonalidades quase proféticas, tais anátemas perduram mesmo até ao último parágrafo da obra, com a imagem premonitória das esfinges sorrindo «felinamente». De resto, a visão calamitosa de povos e de indivíduos que surge logo na «Advertência», longe de respeitar apenas à Inglaterra, estende-se lugubrememente a toda a Europa:

⁽¹⁰⁾ Sobre a passagem de Oliveira Martins pelo Governo, veja-se F. A. de Oliveira Martins, *Oliveira Martins e os seus Contemporâneos*, Guimarães Editores, Lisboa, 1960, pp. 123-135.

⁽¹¹⁾ Cf. Joel Serrão, *op. cit.*, p. 48.

⁽¹²⁾ Cf. F. A. de Oliveira Martins, *op. cit.*, p. 132.

«... a guerra declarada das classes, numa sociedade afogada em riqueza, e correspondentemente em cobiça, como a Europa está hoje, forma o solo ardente sobre que os costumes e as intrigas, as ambições e as vaidades, as instituições e os homens, se agitam vagamente, dançando como títeres ao som da orquestra invisível do Capricho. Em tempos como os nossos, a vida real parece fantasmagórica; e compreende-se que a visão do Nihilismo endoideça tanta gente.» (p. 8)

Estas e outras opiniões inseridas no mesmo texto preambular, mas obviamente escritas depois do resto da obra para a edição em livro, permitem afinal presumir a existência de um crescente pendor depressivo no percurso mental de Oliveira Martins. Pelo menos ao longo dos cinco últimos anos de vida do historiador, o processo ter-se-á agravado com diversos acontecimentos cujos reflexos viriam, cada vez mais, a assumir proporções verdadeiramente traumáticas. Entre as principais ocorrências, contar-se-iam, por ordem cronológica, os efeitos do Ultimato, o suicídio de Antero de Quental (1891), a frustrante experiência governativa de 1892 e, durante 1893, a progressão visível da doença que o levaria à morte em 24 de Agosto do ano seguinte.

Natural seria também que a difícil situação do país em diversos planos, sobretudo no financeiro, se tornasse para ele fonte de séria preocupação, mesmo depois de deixar o cargo ministerial. É o que se depreende em vários pontos de *A Inglaterra de Hoje*, como, por exemplo, quando, ao subir as escadas da Bolsa de Londres, Oliveira Martins declara sentir-se «pobre filho de um país pobríssimo, e ainda por cima falido» (p. 110). Confluindo sucessivamente com formações preexistentes e avolumando-as, esses traumas psíquicos terão porventura originado perspectivas cada vez mais sombrias quanto ao futuro, assim como falta de confiança nos resultados éticos da civilização e das mais avançadas realizações humanas.

De resto, segundo António José Saraiva, ⁽¹³⁾ o crescente pessimismo do historiador remontaria ainda mais atrás, ao desfecho também pouco agradável do que para ele poderia ter sido a primeira intervenção num governo (1886). Acentuar-se-ia gradualmente desde o final da década, tornando-se já bastante notório em certos passos de *Os filhos de D. João I* (1891), sobretudo no tocante à figura do infante D. Pedro. Oliveira Martins «tinha refluído do mundo para dentro de si próprio. Tinha desistido de realizar na política e na vida social-económica a Ordem, a Razão, a Cidade Ideal», procurando na escrita a «fuga a este estado de desânimo mortal, feito de isolamento, decepção e amor próprio ferido.» ⁽¹⁴⁾ Por outro lado, patenteava, nesta fase, forte influência do pensamento de Schopenhauer, sobretudo recebida através da

⁽¹³⁾ Cf. António José Saraiva, «Dois ritmos da obra de Oliveira Martins», in António José Saraiva, *Para a História da Cultura em Portugal* (vol. I), Publicações Europa-América, Lisboa, 1961, pp. 228-229.

⁽¹⁴⁾ António José Saraiva, *op. cit.*, pp. 234-235.

leitura, em tradução francesa, dos ensaios e aforismos de *Parerga und Paralipomena*.

Assim, *A Inglaterra de Hoje* surge num período a muitos títulos quase terminal para o autor, cuja morte ocorreria cerca de um ano após a publicação em volume das suas crónicas. Além de, até certo ponto, resultar de uma viagem-fuga, a obra revela um antigo optimista, sempre forte perante os óbices da vida, agora amargurado e declinante, cujos objectivos fundamentais haviam pouco antes sido levados ao fracasso por cabalas mesquinhas. Livro parcial, dogmático e, não raro, injusto, ditando ao leitor opiniões cujo fundamento muitas vezes nem chega a sugerir, dele se poderia afirmar que, em certa medida, permite conhecer melhor uma etapa crucial na vida de quem o escreveu do que propriamente as características, as realizações ou o passado do povo de além-Mancha.